

CONTRATO Nº XX/2022

CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA DO TELHADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR ATO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX.

Aos xxxxx dias do mês de xxxxx do ano de dois mil e vinte e dois, de um lado, a União, por ato da Justiça Federal de 1ª Instância, **Seção Judiciária de Roraima**, com registro no CNPJ/MF nº 05.438.430/0001-03 e sede na Avenida Getúlio Vargas, 3999, Bairro Canarinho, Boa Vista - RR, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **Nilton Dall'Agnol**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Diref 233/2010, assinada pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecido na **XXXXXXXXXX, XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXX, Cidade de XXXXXX-XX, CEP XXXXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** e RG nº **XXXXXXXXXXXX/XXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram o presente CONTRATAÇÃO, conforme especificações e quantitativos constantes dos Anexos do Edital, observado o disposto nos autos do Processo Administrativo nº 769-88.2022.4.01.8013, **Pregão Eletrônico nº XX/2022**, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/05, Decreto n. 10.024/2019 e suas alterações mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de reforma do telhado do edifício-sede da Justiça Federal de 1ª. Instância - Seção Judiciária de Roraima, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 3.999-Canarinho, Boa Vista/RR, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos, planilhas de composição de custos unitários de serviços, composição de BDI e cronograma físico-financeiro, conforme as especificações contidas no edital de licitação nº XX/2022 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato ocorrerá à conta da Natureza da Despesa 33903916, do Programa de Trabalho 168312, conforme Nota de Empenho n.º XXXX de XX/XX/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Etapa 01: O prazo de entrega do produto referente à Etapa 1 será de **30 dias** consecutivos, contados a partir da data assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

4.2. Etapa 02: O prazo de entrega do produto referente à Etapa 2 será de **30 dias** consecutivos, contados a partir da data de entrega da Etapa 1.

4.2. Prazos para análises (SESEG): Recebimento provisório - 5 dias; Recebimento definitivo - 5 dias;

4.3. Prazo total para execução do contrato: 60 dias.

4.4 A contratada, a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar cronograma detalhado da elaboração dos serviços;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, pelo período de **XX/XX/2022 a XX/XX/2022**, incluindo todos os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DO OBJETO

6.1. Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual a seguir identificada, numa das modalidades previstas no § 3º do art. 56 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste contrato;

6.1.1. A Garantia será no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

6.1.2. O prazo de garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até 3 (três) meses após o término final da vigência do contrato;

6.1.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, em conta específica e com correção monetária, em favor do Contratante;

6.2. É obrigação de a Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente sua vinculação a esta cláusula contratual;

6.3. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato;

6.4. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

6.4.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato;

6.4.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 6.1.1.;

6.4.3. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

6.4.4. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária (Lei nº 10.406/2002);

6.5. Não se admitirá garantia que exclua a obrigação prevista no subitem 6.4 ou que condicione a efetiva cobertura à participação ou interveniência do garantidor em processo administrativo instaurado contra a Contratada;

6.6. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada;

6.7. Sancionado a Contratada, caso este não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente ao valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita;

6.8. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 6.4.1, 6.4.2 e 6.4.3 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante;

6.9. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

6.10. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades contratuais cabíveis;

6.10.1. Nesta hipótese, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

6.11. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais;

6.11.1. Na hipótese de não pagamento ou irregular pagamento de verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação, a garantia será utilizada para essa finalidade diretamente pela

Administração, especialmente se esse inadimplemento for verificado até o segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. **A CONTRATADA**, além das obrigações previstas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico, deve:

7.2.1. A Contratada deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com o disposto neste Termo de Referência, em conformidade com documentos anexos e demais elementos que integrem o Edital de Licitação;

7.2.2. A Contratada deverá previamente registrar os serviços no CAU e/ou CREA, cuja cópia da RRT e/ou ART deverá ser entregue à fiscalização, antes do início da execução dos serviços;

7.2.3. A Contratada deverá previamente designar o responsável pela execução dos serviços (durante todo o período de execução dos mesmos), o qual deverá recair em profissional habilitado (engenheiro e /ou arquiteto) devidamente registrado no CREA e/ou CAU;

7.2.4. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço e desligamento de empregados;

7.2.5. Participar de reuniões técnicas a serem realizadas na Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras, quantas forem necessárias, previamente agendadas e acordadas entre as partes, no período de elaboração dos projetos;

7.2.6. Efetuar as correções de falhas nos desenhos técnicos e especificações, encontradas no momento de utilização do projeto, sem ônus para a SJRR, mesmo após aceitação do serviço pela SESEG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da abertura do chamado;

7.2.7. Os projetos somente poderão ser modificados com autorização prévia e expressa da SESEG-RR;

7.2.8. Serão por conta da contratada os materiais necessários à execução de todos os trabalhos, assim como toda a mão-de-obra (incluindo obrigações sociais e trabalhistas), além dos equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços, entre eles os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, quando necessários, e que, além de serem fornecidos, devem ter seu uso garantido pela contratada, de acordo com a NR18;

7.2.9. A contratada responsabilizar-se-á pelas alterações que se fizerem necessárias, quando solicitadas para aprovação nesta SEÇÃO JUDICIÁRIA, quando necessário;

7.2.10. A contratada deverá levantar junto aos órgãos competentes as licenças, taxas entre outras, as quais deverão ser incluídas nos custos da planilha orçamentária de execução dos serviços, quando necessário;

7.2.11. **Todas as despesas necessárias à aprovação dos projetos correrão por conta da contratada**, quando necessário;

7.2.12. **Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações** fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;

7.2.13. Acatar todas as exigências da Contratante, sujeitando-se a sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.2.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários ao bom esclarecimento ou supressões impostas aos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

7.2.15. Cumprir todas as orientações da Contratante para a fiel prestação dos serviços;

7.2.16. Reparar, corrigir ou substituir pranchas e documentos, às suas expensas, no total ou em parte, nas quais se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da não observação das normas técnicas vigentes, visto que rasuras não serão admitidas;

7.2.17. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade mesmo existindo fiscalização ou acompanhamento pela Contratante;

7.2.18. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;

7.2.19. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, os motivos justificadores que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, para a avaliação da sua pertinência ou não pelo fiscal;

7.2.20. Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação dos serviços;

7.2.21. A contratada ficará obrigada a empregar na execução dos serviços, funcionários especializados, bem como a afastar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento de notificação, qualquer deles em que o CONTRATANTE identifique conduta inconveniente ou desempenho insatisfatório;

7.2.22. Cumprir fielmente o Contrato de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro dos prazos pactuados;

7.3. O **CONTRATANTE**, além das obrigações previstas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico, deve:

7.3.1. Proceder, através de técnicos habilitados, à fiscalização da execução e, posteriormente, o recebimento dos serviços;

7.3.2. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações deste Termo de Referência;

7.3.3. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Edital;

- 7.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por representante da Administração, que atestará as notas fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta;
- 7.3.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.3.6. Permitir aos funcionários da Contratada o livre acesso às suas dependências, de modo a viabilizar a execução dos serviços, durante o horário de expediente;
- 7.3.7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados;
- 8.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011;
- 8.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD);
- 8.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos;
- 8.3.1. Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre as contratações da Seccional, adota-se o entendimento do Parecer n. 00295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU (Parecer_295_2020_CONJUR_CGU_CGU_AGU.pdf), segundo o qual tratamento de dados na contratação de microempreendedor individual (MEI) contempla a divulgação de nome da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, a identificação empresarial;
- 8.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011;

8.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011;

8.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD);

8.7. A atuação da Seccional em relação aos dados pessoais dos contratados será regida pela Política de Proteção de Dados Pessoais – PPDP da Justiça Federal da 1ª Região, nos termos da Resolução PRESI 49/2021 (TRF1 - Resolução institui a Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP) a ser adotada pela Justiça Federal da 1ª Região), notadamente pelos Art. 3º, 10, 11, 13 e 17, sem prejuízo da transparência ativa imposta pela legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO/ACEITE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

9.1. Termo de Recebimento Provisório (TRP) – em até 5 (cinco) dias a partir da comunicação escrita da Contratada confirmando a finalização dos serviços, e o correspondente aceite pelo Contratante;

9.2. Termo de Recebimento Definitivo (TRD) – em até 5 (cinco) dias, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

9.3. A forma, bem como os agentes, referentes aos TRP e TRD seguirão os ditames dos incisos do art. 73 da Lei 8.666/93;

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

9.5. A entrega dos serviços fora do prazo estabelecido e/ou de forma incompleta ou com falhas poderá ensejar em penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93;

11.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

11.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º XX/2022, constante do PAe 769-88.2022.4.01.8013 /JFRR, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. DO DOCUMENTO DE COBRANÇA:

13.1.1. Para efeitos de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização dos serviços executados, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

13.2. A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Declaração de Opção do Simples Nacional;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (CONJUNTA);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.3. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Contrato sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

13.4. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades, além daqueles determinados pela gestão do contrato, verificados o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

- a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- c) A qualquer tempo, se constatado atraso de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o prazo das etapas constante neste Termo de Referência.

14.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

- a) Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades;
- b) Caso haja a inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total do contrato.

14.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

- a) A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% dos produtos a serem entregues no total das etapas;
- b) Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% dos produtos a serem entregues no total das etapas;
- c) A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

14.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação aos prazos estipulados neste instrumento.

14.6. Será configurado **atraso injustificado** na execução do objeto, quando:

- a) A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto dos produtos a serem entregues no total das etapas.
- b) A CONTRATADA não concluir o serviço no período previsto neste Termo de Referência, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

14.7. Além das multas previstas, poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 - Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$1.000,00
2	R\$2.000,00
3	R\$3.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Fornecer informação pífida de serviço após primeira comunicação da fiscalização; por ocorrência.	1
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por ocorrência.	2
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	3
Para os itens a seguir, <u>DEIXAR DE</u> :		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
7	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
8	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência.	3

14.8. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROPRIEDADE

15.1. Direito de Propriedade:

a) A CONTRATADA cederá à SJRR o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos projetos desenvolvidos e resultados produzidos decorrentes desta licitação, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, roteiros, tutoriais, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, em papel ou em formato digital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Especificar, quando possível, produtos que possuem eficiência energética que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;

16.2. Indicar na descrição do objeto ou nas obrigações da contratada do projeto para contratação de obras e serviços de Engenharia, que devem ser observadas, no que couber, as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, as normas da ABNT e outras normas de qualidade ou certificações nacionais e públicas, bem como o Manual de Sustentabilidade nas compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal de Roraima, Seção Judiciária de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato que vai assinado pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Boa Vista - RR, XX de XXXXX de 2022.

Nilton Dall'Agnol

Diretor da Secretaria Administrativa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ/MF XXXXXXX/XXXX-XX
Por seu representante legal XXXXXXXXXXXX